

# URBANIZAÇÃO E DÉFICIT HABITACIONAL-JURUNAS E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO

*Adriana Santos Trindade<sup>1</sup>*

*Gilciane Sousa da Silva<sup>2</sup>*

*Lucas Tadeu Martins Ferreira<sup>3</sup>*

*Maria Eduarda Barrozo Franco<sup>4</sup>*

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo explorar o déficit habitacional no Brasil sob a perspectiva da obra "O Capital" de Karl Marx. O foco recai sobre a "acumulação primitiva do capital" e sua relação com o déficit habitacional. Uma pesquisa utilizando questionários eletrônicos foi conduzida para investigar a conexão entre esses temas, especificamente observando o processo de gentrificação no bairro do Jurunas. Os resultados da pesquisa são analisados em conjunto com os conceitos de Marx, buscando compreender se a urbanização e o déficit habitacional dialogam com a acumulação primitiva do capital, e se a gentrificação dos bairros periféricos de Belém pode ilustrar essa relação.

**Palavras-chave:** Déficit habitacional; Acumulação primitiva; Gentrificação; Jurunas.

**ABSTRACT:** This article aims to explore the housing deficit in Brazil from the perspective of Karl Marx's work "Capital." The focus is on the "primitive accumulation of capital" and its relationship with the housing deficit. A survey using electronic questionnaires was conducted to investigate the connection between these themes, specifically observing the gentrification process in the Jurunas neighborhood. The survey results are analyzed in conjunction with Marx's concepts, seeking to understand if urbanization and the housing deficit resonate with the primitive accumulation of capital, and if the gentrification of peripheral neighborhoods in Belém can illustrate this relationship.

**Keywords:** Housing deficit; Primitive accumulation; Gentrification; Jurunas.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo abordar a questão do déficit habitacional do Brasil através da perspectiva da obra "O Capital", do teórico Karl Mark. Dentre as ideias apresentadas no livro de

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Economia da Universidade Federal do Pará, e-mail asantotrindade@gmail.com

<sup>2</sup> Discente do curso de Economia da Universidade Federal do Pará, e-mail gilcianesouza902@gmail.com

<sup>3</sup> Discente do curso de Economia da Universidade Federal do Pará, e-mail lucastadeu98@hotmail.com

<sup>4</sup> Discente do curso de Economia da Universidade Federal do Pará, e-mail mariaebfranco@gmail.com

Marx, a “acumulação primitiva do capital”, abordada no capítulo XXIV do livro, foi a escolhida para traçar um paralelo com o que é entendido como déficit habitacional.

Para exemplificar essa ligação entre os temas foi realizada uma pesquisa, por meio de questionário eletrônico, para verificar se um questionamento feito a partir de uma observação empírica poderia representar uma realidade concreta: o processo de gentrificação no bairro do Jurunas.

A partir da análise dos dados obtidos através dos questionários e relacionando-os com a obra de Marx há o objetivo de tentar entender se o processo de urbanização e déficit habitacional dialogam com a acumulação primitiva do capital, e se o processo de gentrificação dos bairros periféricos próximos ao centro de Belém, caso existam, podem exemplificar isso.

Para fazer esse exercício de análise, faz-se necessário entender como se deu o processo de urbanização no Brasil e o que dizem os órgãos oficiais da nação sobre o déficit habitacional no país, além de abordar o que Karl Marx formula sobre a acumulação primitiva do capital.

## **URBANIZAÇÃO**

Os primórdios da urbanização brasileira remetem à época da Colonização no Brasil. Foi durante esse período que se deram as primeiras tentativas de urbanização no território, mais precisamente na Zona da Mata Nordestina com ênfase para Salvador. A cidade era ainda, uma invenção moderna, já que o povo e a civilização brasileira se formaram no campo. Milton Santos aponta três etapas importantes da organização do território brasileiro que foram identificadas por Nelson Goulart Reis (1968). A primeira etapa se deu entre 1530 e 1570, marcada pela fundação do Rio de Janeiro; a segunda etapa corresponde ao período de 1580 e 1640, onde ocorreu a fundação de dez vilas e três cidades; por fim, em um terceiro momento o intervalo entre 1650 e 1720 quando foram fundadas 35 vilas e Olinda em Pernambuco e São Paulo foram elevadas à categoria de cidade.

N. Goulart Reis (1968) inclui, como elementos explicativos da urbanização no que chama de "o sistema social da Colônia" os seguintes elementos: a organização político-administrativa, consideradas, de um lado, as capitânicas e o governo-geral e de outro a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração) (SANTOS, 1993, p. 18).

É no século XVIII que a urbanização se desenvolve. A cidade passa a ser a residência oficial do grande fazendeiro, atuando a propriedade rural como local de visita nos momentos mais importantes da produção, como por exemplo, na colheita. Entretanto, “foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais conhecemos hoje.” (SANTOS, 1993, p. 19). No processo de

criação urbana no Brasil, de acordo com o Murilo Marx (1991), a cidade surge em subordinação à economia rural, nesse contexto, havia fracas relações entre lugares no Brasil, até a chegada da mecanização da produção, que estreitou a relação entre os espaços. No fim do período colonial, São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo abrigavam cerca de 5,7% da população total do país (CAIO PRADO JR., 1953, p. 21).

Em 1872, três capitais brasileiras contavam com mais de 100 mil habitantes, sendo Rio de Janeiro com cerca de 275 mil; Salvador com aproximadamente 129 mil; e Recife com pouco mais de 116 mil. Em 1900, já são quatro as capitais que ultrapassam o número de 100 mil habitantes, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife (SANTOS, 1993). Em 1872, havia 5,9% de urbanos, mas em 1900 eles já somavam 9,4% (OLIVEN, 1980, p. 69). Em 1940 o Brasil já tinha atingido o percentual de 26,3% de população urbana. São Paulo, nesse período, já havia se estabelecido como polo industrial e adquirido o papel de grande importância no mercado interno. Esse complexo processo de industrialização formou um mercado nacional, constituiu equipamentos e infraestrutura para integrar o território, expandiu diversas formas de consumo, impulsionando o processo da urbanização. A partir de 1940 há um grande crescimento populacional brasileiro, conjuntamente, a população urbana também expandir-se.

Atualmente, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aproximadamente 85% da população brasileira vive em áreas urbanas. A urbanização do Brasil, especialmente sua expansão no século XIX, está estritamente atrelada à modernização do campo e a industrialização. O Sistema Capitalista e a dinâmica do Mercado tiveram impacto significativo na forma das relações humanas, impulsionando a mobilidade das pessoas, dos serviços e alterando significativamente a forma como as pessoas vivem e convivem nas cidades. Esse contexto torna as cidades espaços de grande importância (SANTOS, 2004).

O processo de urbanização no Brasil foi desordenado e sem planejamento eficaz, à medida que a população urbana crescia, amplificava-se também a “Macrocefalia Urbana”.

“[...] massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles que propicia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit do aumento de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais que comprometem substancialmente a segurança pública urbana” (SANTOS, 2004, p.306).

Sem estrutura para comportar ou atender adequadamente a toda a população, com um planejamento urbano ineficaz ou até mesmo inexistente, o crescimento rápido e desordenado das cidades leva à instalação de um quadro macrocefálico, e essa Macrocefalia Urbana implica diretamente na questão habitacional, a favelização e a segregação social, por exemplo, decorrem do aumento de habitações precárias, o que leva à conjuntura do déficit habitacional.

## **DÉFICIT HABITACIONAL**

A urbanização provocou a ampliação das ofertas de trabalho, as possibilidades e facilidades da vida urbana, porém nem todas as pessoas que habitam as cidades e centros urbanos usufruem destas facilidades e oportunidades (NUNES, 1998).

De acordo com o relatório realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016) ter uma moradia adequada significa mais que ter um teto sobre a cabeça, engloba também privacidade, espaços adequados, acessibilidade, segurança, entre outras coisas. Na busca de traduzir operacionalmente as dimensões da moradia adequada, o governo federal brasileiro utiliza como parâmetro de diagnóstico das necessidades habitacionais os indicadores de déficit habitacional e inadequação de domicílios, elaborados pela Fundação João Pinheiro (FJP, 1995). O déficit habitacional é o conceito mais difundido e popular quando nos referimos às necessidades habitacionais brasileiras, trata-se do indicador mais utilizado para balizar, acompanhar e avaliar políticas públicas de fomento à construção de novas unidades.

Conforme a Fundação João Pinheiro (2015) o déficit habitacional é calculado pelo somatório de quatro componentes: ônus excessivo dos aluguéis- custo excessivo dos aluguéis para famílias que possuem renda de até 3 salários mínimos e que gastam, no mínimo, 30% de sua renda com o aluguel do imóvel em que vivem; coabitação- ocorre quando duas ou mais famílias convivem juntas em um mesmo ambiente e não possuem privacidade fazendo- se necessário a construção de novas moradias; precariedade das habitações- são habitações improvisadas como casas sem parede, carros ou que pela questão ambiental como riscos de enchente, deslizamento sofrem riscos de desmoronar, sofrer danos; adensamento excessiva de moradores por dormitório em imóveis alugados- imóvel alugado que possui mais de três moradores por dormitório.

Baseado em pesquisa realizada em 18 países latino-americanos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID divide o déficit habitacional em dois tipos: qualitativo e quantitativo. Em linhas gerais, o primeiro refere-se à carência de um lugar para viver (construção de nova edificação), enquanto o segundo engloba a falta de infraestrutura, má qualidade dos materiais de construção, falta de espaço ou aspectos de regularidade fundiária (ROJAS; MEDELLIN, 2011).

Entretanto, sob um olhar mais específico como a vida das famílias e indivíduos alteram-se com o tempo as suas necessidades habitacionais também se modificam e dessa forma, os indicadores do déficit fornecem um retrato da questão habitacional em um determinado momento e, por conta disso, seus dados devem ser regularmente revisados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022).

Em decorrência da pandemia, o Brasil não possui os dados atualizados, pois o Censo Demográfico de 2020 não foi realizado. De acordo com a pesquisa de 2019, o déficit habitacional em todo o Brasil foi o de 5,8 milhões de moradias, das quais 79% concentram-se em famílias de

baixa renda. 87,7% do déficit habitacional quantitativo (moradia em falta, seja por habitação precária, coabitação familiar, pessoas de mais por metro quadrado, ou o custo do aluguel está localizado nas áreas urbanas.

Ainda segundo essa pesquisa, os estados com maiores déficits habitacionais, com relação ao número total de domicílios, estão nas regiões Norte e Nordeste do país: Amapá (17,8%), Roraima (15,2%), Maranhão (15,25%), Amazonas (14,82%) e Pará (13,55%) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o principal desafio das políticas públicas é “permitir o acesso a uma moradia adequada para todos, compatível com o tamanho, nível de renda e de diferentes necessidades habitacionais das famílias brasileiras”, pois de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada em outubro de 2019 pelo IBGE, 36,6% da renda das famílias brasileiras está comprometida com despesas com habitação que responderam pela maior participação nas despesas monetária e não monetária de consumo das famílias, tanto em nível nacional (36,6%) como regional.

Conforme Milton Santos (2014) o déficit habitacional pode ser entendido como uma das consequências do modelo capitalista, onde o acesso à moradia digna e adequada é restrito a determinadas regiões e grupos sociais privilegiados e o mercado imobiliário é responsável pela produção de espaços segregados, centrados na acumulação de capital e não na satisfação das necessidades da população. Dessa forma, o déficit habitacional decorre da falta de políticas públicas efetivas que promovam o acesso à moradia, assim como da especulação imobiliária, que gera aumento dos preços e impede o acesso de grande parcela da população a uma habitação digna.

## **ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DOS CAPITAIS**

Durante o caminho feito até a universidade (UFPA), observamos como a desigualdade exposta pela arquitetura da urbanização era capaz de expor, de maneira visual, a desigualdade do acesso à moradia. Um processo que não é novo; na verdade está na raiz do capitalismo, mas que mesmo neste contexto histórico ainda o deixa impresso na paisagem urbana. De acordo com nossas leituras, essa impressão visual do capitalismo, segundo a abordagem de Marx, pode ser explicada, entre outras questões apontadas pelo teórico, por meio da acumulação primitiva de capitais.

Para entender como essas duas visões convergem, faz-se necessário abordar o que o autor diz sobre esse processo de acumulação. Para ele, a acumulação primitiva não parte necessariamente de um capital já formado, ele pode ocorrer sem pressupor um capital. Então, essa acumulação originária ou primitiva explica como o capital pode surgir de algo que antes não era capital, justificando a desigualdade e condições dos personagens, uma vez que o capital que o capitalista

tem, seria o produto acumulado e poupado por seus antecedentes. Logo, por mais que o trabalhador não seja culpado por não possuir capital, este é a “maldição” hereditária de seus descendentes, que não acumularam o que produziram.

No capítulo XXIV da obra “O Capital”, Marx cita vários exemplos de como se dá essa acumulação originária, a exemplo da expropriação da terra pertencente a população rural, na Inglaterra, quando os camponeses que tinham suas áreas delimitadas por fronteiras naturais, como um riacho ou uma árvore, perdem essas delimitações com o Estado criando uma lei de cercamento, transformando essas propriedades tradicionais em cercas definidas por lei. Os camponeses, que viviam dessa estrutura tradicional com produção para sua subsistência, perdem esses espaços sem ter o direito de reivindicar aquilo que tinham como tradição. Essa população, despojada do seu lugar de convívio tradicional, vê-se obrigada a bater na porta das fábricas e das indústrias. Nesses novos espaços, eles acabam se deparando, também, com um novo sistema. Sem terras para garantir a subsistência, percebem possuírem apenas uma coisa para vender, a força de trabalho (MARX, 2011).

Essa mudança no modo de vida não se deu de maneira pacífica. Todo esse processo ocorreu cercado de violência. Violência essa que vai para além do físico, uma vez que retirar cultura, modo de vida e acesso a subsistência também caracteriza violência. E na esfera legal, o capitalista também impunha sua força; uma legislação sanguinária contra os expropriados foi elaborada. O capitalismo se estrutura de forma a garantir que esse contingente, de agora potenciais trabalhadores, se visse obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho.

Embora Marx apresente essas características a partir de um contexto histórico longínquo, é possível ligar aqueles fatos aos processos que acontecem ainda hoje. O cercamento das terras exposto pelo teórico converge de maneira profunda com a paisagem urbana, especialmente, a observada no bairro do Jurunas, área periférica formada a partir da expulsão de populações pobres de seus locais de origem e/ou de locais urbanizados, nos quais essa população deixa de ter condições financeiras para habitar. Uma violência moderna que agora se apresenta por meio do poder e força do capital, e atinge essa população a partir da retirada do direito de viver em comunidade, em um espaço que também representa para eles história, cultura e dignidade em termos de direitos mais fundamentais.

### **História do Bairro Jurunas**

Para entender como esse processo dialoga com o território, hoje, chamado de bairro do Jurunas, é fundamental entender um pouco da história dessa área.

Com o início da ocupação de Belém em 1616, próxima a baía do Marajó, a cidade veio se desenvolvendo dos bairros da Cidade Velha e Campina, tendo seu marco inicial o Forte do Castelo e a partir dele começou a se expandir mais para o interior, mesmo tendo como característica uma área baixa e alagada. Alguns anos depois, a coroa portuguesa estabeleceu o cinturão institucional, que seria uma área doada para criação de escolas, hospitais e praças. Belém cresceu rapidamente até o bairro do Marco, impulsionada também por um período de industrialização com construção do porto da cidade, tornando os bairros da Reduto, Campina e Umarizal exclusivamente comerciais e industriais.

Com a intensificação da produção industrial, até 1960, as cotas mais altas da cidade já estavam bastante saturadas, e com a população crescendo em ritmo acelerado, os lugares de potencial alagamento foram sendo ocupados, entre elas, a área do atual bairro do Jurunas, que surgiu com o prolongamento da cidade em sentido paralelo ao rio Guamá, em meados do século XVII. Até a década de 1940, a área do Jurunas era destinada para fins agropastoris, com a implantação de vacarias, que garantiam o fornecimento de leite na cidade.

A partir de 1950, com a modernização da cidade, com as industrializações, as vacarias foram perdendo a importância e o espaço. Em 1960, o Jurunas começou a adensar quando muitas pessoas de baixa renda, vindas do interior e outros Estados, buscavam melhores condições de vida (acesso a emprego, escola, saúde), além das que não conseguiam se manter nas localidades mais valorizadas. A soma desses fatores, aliados a necessidade de expansão habitacional fazem as vacarias darem lugar às casas e palafitas. É nessa época, porém, que a área passa a apresentar melhorias na infraestrutura. O que demonstra que o bairro, do ponto de vista populacional, se expande a partir de um processo de gentrificação de bairros, na época, considerados caros e do êxodo da população de cidades do interior do estado.

“Gentrificação” é um aportuguesamento do inglês *gentrification*, usado pela primeira vez, provavelmente, pela socióloga britânica Ruth Glass na obra *London: aspects of change* (1964). (...) O termo ganhou popularidade após seu uso em trabalhos acadêmicos sobre a temática: o deslocamento, processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma dada rua, mancha urbana ou bairro, para outro local para dar lugar à apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural (DICIONÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – IPHAN).

Ou seja, a história de formação desse território possibilita dizer que o bairro do Jurunas começa a ser ocupado a partir de um processo de gentrificação de áreas centrais, como o bairro de Batista Campos. Mas hoje, após obras de infraestrutura no bairro, a área parece atravessar uma nova onda de “gentrificação”, porém não mais recebendo a população atingida pelo déficit habitacional, mas expulsando os antigos moradores para áreas com menos infraestrutura e mais distantes do centro.

Para verificar se esse questionamento traz paralelo com a realidade, foi realizada uma pesquisa com moradores do bairro.

### **Por que o bairro do Jurunas?**

A partir de conversas com moradores do bairro sobre a dificuldade para comprar imóveis no Jurunas, e da observação empírica quanto a ida de moradores da área para bairros mais distantes, no intuito de conseguir comprar um imóvel, caracterizando um movimento que vem sendo chamado de "gentrificação"; o bairro se apresentou como uma fonte importante para abordar o tema “o déficit habitacional no Brasil”.

### **Público da pesquisa:**

Para realizar a pesquisa sugerida por nós, escolhemos enviar os formulários de pesquisa às pessoas atendidas na Usina da Paz Jurunas/Condor. A escolha se deu pelo fato de acreditarmos que o alcance as opiniões dos moradores do bairro se dariam de maneira mais rápida, por meio dos canais de comunicação dessa ferramenta de Estado, uma vez que um dos públicos prioritários dessa Usina é a população que vive no bairro do Jurunas.

### **Mas, a final, o que são as Usinas da Paz?**

De acordo com a descrição contida no próprio site da secretaria da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac), A Usina da Paz é um projeto realizado em parceria com a iniciativa privada, que está integrado ao programa estadual Territórios Pela Paz, elaborado pelo Governo do Pará.

As Usinas, segundo as SEAC, são voltados para a prevenção à violência, a inclusão social e o fortalecimento comunitário. O projeto faz parte da “Política Pública TerPaz – Territórios pela Paz”, e consiste na articulação de políticas públicas de inclusão social na qual secretarias, fundações e órgãos da administração direta e indireta desenvolvem através de programas e projetos organizados em sete eixos temáticos: 1 - capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura; 2 - emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária. 3 - Habitação, regularização fundiária e urbanização; 4 - saúde, esporte/lazer, assistência social; 5 - Tecnologia e inclusão digital; 6 - meio ambiente e sustentabilidade; e 7 - mediação de conflitos e prevenção a violência. Sendo a temática três (3) - **habitação, regularização fundiária e urbanização** - a de maior interesse para a análise dos dados obtidos nessa pesquisa.



O Programa Territórios pela Paz é a articulação de políticas de segurança e ações sociais que objetivam atingir as causas que levam à violência, por meio de estratégias e ações transversais dirigidas à (re)conquista da cidadania e a criação de territórios socialmente mais justos e dotados de qualidade de vida mais adequada (RELATÓRIO DE GESTÃO – SEAC 2021).

## **METODOLOGIA**

Para verificarmos se nossa percepção empírica sobre o processo de gentrificação do Jurunas teria, de fato, uma relação com a realidade dos moradores do bairro, a equipe decidiu aplicar um questionário eletrônico para coletar dados que pudessem confirmar ou refutar nossa percepção sobre o tema.

Como apresentado acima, a pesquisa se concentrou no público atendido por uma ferramenta de governo chamada Usina da Paz Jurunas/Condor, que tem como objetivo levar a população desses bairros fortalecimento comunitário, inclusão social e serviços públicos através de sete eixos, entre eles “habitação, regularização fundiária e urbanização” (RELATÓRIO DE GESTÃO – SEAC 2021).

A escolha pela aplicação dos questionários online se deu a partir da percepção de que esse método poderia apresentar de maneira rápida e efetiva, uma visualização acerca da condição de compra e permanência dos moradores na região pesquisada. Além disso, essa metodologia permite um custo quase nulo para a realização da pesquisa; os dados foram imediatamente apresentados após as respostas, com informações agrupadas em percentuais, facilitando a análise; e mostra-se mais conveniente para quem vai responder, pois não exige interação pessoal, o que permite ao entrevistado poder completar o questionário quando é possível, já que este não precisa se deslocar. Além do fato da ausência de um entrevistador indicar que, quem é questionado tende a se sentir mais à vontade para responder com maior sinceridade o questionário (NEVES, AUGUSTO & TERRA, 2020). Para além dessas questões, o formulário eletrônico permite, em pesquisas quantitativas descritivas, observar fenômenos a partir de resultados quantitativos elaborados por meio da coleta sistemática de dados (MARCONI, 2003). Sendo assim, esta metodologia vai ao encontro do proposto neste trabalho: verificar se está em curso um processo de gentrificação do bairro do Jurunas.

E para garantir um maior alcance possível de dados, o questionário foi aplicado dentro de um grupo de avisos da UsiPaz no WhatsApp, administrado pela direção da Usina da Paz Jurunas/Condor. O grupo, de acordo com o administrador, possui cerca de cinco mil membros.

## **O QUE OS DADOS MOSTRAM**

A partir das respostas apontadas pelo público alvo da pesquisa, é possível observar que:

- 97,2% das pessoas que responderam ao questionário moram no bairro do Jurunas;

- 98,2% afirmam gostar de morar no bairro;
- 80,4% moram há mais de 10 anos no Jurunas;
- Mais de 65% não moram em casas próprias;
- 85,3% estão tentando comprar uma casa no bairro ou já pensaram em comprar;
- Desse total, 89,6% estão tendo dificuldade para comprar um imóvel;
- E mais de 90% afirmam que o valor do imóvel é o motivo;
- 90,7% avaliam que o valor dos imóveis no bairro estão caros. 0% acreditam que os valores sejam baratos;
- 54,4% não acreditam que iram conseguir comprar um imóvel na área;
- 77,1% afirmam que essa percepção está ligada ao preço dos imóveis;
- Apesar disso, pouco mais de 50% das pessoas que responderam ao questionário não pretendem mudar do bairro.

Ao observar as respostas é possível dizer que o bairro do Jurunas apresenta um processo de gentrificação, ou seja, expulsão – ainda que de modo visualmente ‘não’ violento - dos moradores que vivem há, pelo menos, mais de uma década nessa área. E ao cruzar esses dados é possível ainda inferir que o processo de urbanização, o qual, em tese, melhoraria a qualidade de vida dessa população, é capturado pelo capital, retirando dessas pessoas o direito a moradia digna, uma vez que a valorização, também, monetária do espaço passa a impedir a permanência dessas nesse espaço.

Contudo, é importante destacar que essa imposição do mercado não parece passar despercebida pelos moradores do bairro, e nem se mostra aceita sem luta por parte destes. Essa avaliação pode ser feita a partir da resistência, de praticamente metade dos entrevistados, em sair do bairro, mesmo isso gerando uma possibilidade do acesso a posse de um imóvel.

## **CONCLUSÃO**

A partir dos resultados trazidos pelas resposta dos questionários, e a correlação delas com os conceitos de urbanização, déficit habitacional, gentrificação e acumulação primitiva de capital, acreditamos ser possível considerar que o acesso a moradia digna foi capturado pelo capital, gerando, ainda hoje, um processo de cercamento e expropriação das condições de vida da população mais pobre; e o processo de urbanização dos espaços, que deveria ser uma ferramenta para garantir o bem estar da população, acaba por ser mais uma ferramenta em favor de determinadas regiões, grupos sociais privilegiados, mercado imobiliário e o capital, gerando espaços segregados, centrados na acumulação de capital e não na satisfação das necessidades da população (SANTOS, 2014).

Essa percepção sobre moradia digna e o problema do déficit habitacional ligado ao acúmulo de capital está atrelada a ideia de que a economia, ou questões econômicas, não trata de coisas, mas da relação entre pessoas e das pessoas com as coisas, a partir das relações de troca que um indivíduo ou uma comunidade estabelecem uns com os outros (ENGELS, 2008).

Marcado pela expropriação do uso e propriedade da terra, os cercamentos, conforme apontam os estudos de Marx, podem ser observados no contexto atual, especialmente, quando se debruça sobre como a urbanização dos espaços afeta populações com menor poder aquisitivo. Desse modo, a gentrificação pode ser vista como repetição moderna dos processos de expropriação da terra e cercamento dos espaços, em um processo pelo qual áreas urbanas são revitalizadas, seja pela especulação imobiliária ou ações governamentais, e acabam se tornando inacessíveis para as classes com renda *per capita* baixa.

Ambas - política de cercamento e gentrificação - são processos de exclusão social e de transformação do espaço em propriedade privada, permitindo a acumulação de capital pelos proprietários de terra ou pelos empresários do ramo imobiliário. Além disso, a aceleração da urbanização cria uma demanda por habitação, o que leva a um aumento no valor dos terrenos e imóveis. No entanto, essa dinâmica pode levar a um déficit habitacional, pois à medida que os preços dos imóveis sobem, muitas pessoas não conseguem arcar com o alto valor das propriedades, acarretando uma crescente parte da população habitando em lugares precários ou distantes da qual moravam, fatores que provocam grande mudança na rotina e no modo de vida. Esse processo tira dessa parcela da população o que se preconiza como moradia digna, um direito, inclusive, constitucional (ROLNIK, 2015; SANTOS, 2004).

Sendo assim, podemos inferir que o processo de urbanização, que está atrelado ao desenvolvimento do sistema capitalista, traz consigo um impacto significativo na forma das relações humanas, e altera significativamente a maneira como as pessoas vivem e convivem. E nesse contexto, o processo de gentrificação se mostra como materialização contemporânea dos processos de cercamento e expropriação do direito à terra e moradia com dignidade, especialmente, da classe trabalhadora (MARX, 2013; ROLNIK, 2015).

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Erick Ferreira Mourão. **A valorização do bairro do Jurunas em Belém/PA pela sua centralidade histórica-cultural e geográfica tendo como marco predominante a construção do portal da Amazônia.** 2015.

ENGELS, Friedrich. **Comentários sobre a Contribuição à Crítica da Economia Política.** IN: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações Déficit habitacional no Brasil 2011-2012** / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações - Belo Horizonte, 2015 Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br> Acesso em: 04/06/2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil**– 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório brasileiros para o Habitat III**. Brasília: ConCidades, IPEA, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Guia do Censo**. Conceituação. Disponível em: Todas as Pesquisas e Estudos | IBGE . Acesso em: 04 jun 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **POF 2017-2018: Famílias com até R\$ 1,9 mil destinam 61,2% de seus gastos à alimentação e habitação**. Disponível em: POF 2017-2018 | IBGE. Acesso em: 04 jun 2023.

MARCONI M, LAKATOS E. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Atlas S. A. 2003.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NEVES, C., AUGUSTO, C., & TERRA, A. L. (2020). **Questionários online: análise comparativa de ferramentas para a criação e aplicação de e-surveys**. Online surveys: comparative tool analysis for the creation and administration of e-surveys. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, 9(2), 69 – 78. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v9i2.75826>.

NUNES, E. 1998. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, [1998].

ROJAS, E.; MEDELLIN, N. **Housing Policy Matters for the Poor: Housing Conditions in Latin America and the Caribbean**, 1995-2006. Inter-American Development Bank (IDB) working paper series, 289. December, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Mílton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Uma revisão da teoria dos lugares centrais**. (p. 125-136). In: SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2 ed., 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEAC. **Secretária estratégia de articulação da cidadania**. Disponível em:<http://www.seac.pa.gov.br>. Acessado em: 19/06/2023.

SEAC. **Relatório de Gestão, Pará:** Seac, 2021. Disponível em: [http://www.seac.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio de gestao - geral - 2021 - \\_seac.pdf](http://www.seac.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_gestao_-_geral_-_2021_-_seac.pdf). Acessado em: 19/06/2023.

TERPAZ. **Territórios pela paz.** Disponível em: [WWW.terpaz.pa.gov.br](http://WWW.terpaz.pa.gov.br). Acessado em: 19/06/2023.